

a questões que devem ser colocadas no sentido de aferir, se determinada instituição é candidata a um projeto de BI.

'Sistemas de Informação Geográfica para a Saúde' é o título do sétimo capítulo, da autoria de Pedro Cabral e André Oliveira. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) distinguem-se de outros sistemas de informação por terem a capacidade adicional de executar operações espaciais, permitindo relacionar dados cujas associações seriam possivelmente difíceis de detetar, ou mesmo imperceptíveis, numa base de dados convencional. Tal como é referido pelos autores, a utilização destas tecnologias em saúde, embora recentes, fazem-se já sentir em múltiplas áreas, como, por exemplo, localização ótima para infraestruturas que possibilitem direcionar mais rapidamente os meios de intervenção para os locais de acidente. Neste capítulo, são apresentados alguns elementos da definição de SIG bem como as principais funcionalidades que caracterizam este tipo de sistemas. Desta forma, é feito um resumo da evolução histórica da utilização de informação geográfica e SIG na área da saúde e, por outro lado, são apresentadas as bases de dados fundamentais necessárias para se 'alimentar' um sistema deste género, descrevendo as formas de mapeamento de dados mais usadas na saúde. Para evidenciar as vantagens da utilização da análise espacial em saúde, são apresentados exemplos de aplicação de SIG para a saúde, em particular sistemas de vigilância epidemiológica que se encontram atualmente em funcionamento.

Maria Clara Rocha

*Escola Superior de Tecnologia
da Saúde de Coimbra*

Gérard Valléry e Sylvain Leduc. 2012. *Les Risques Psychosociaux*. Paris: Presses Universitaires de France. 126 pp. ISBN 978-2-13-059127-6.

Esta obra aborda a temática dos riscos psicossociais no trabalho, partindo da constatação de que a expressão surgiu recentemente nas preocupações dos profissionais de saúde no trabalho. A sua emergência é situada nos anos 2000 e vista como uma extensão do vocábulo 'stress', pese o facto de este tipo de riscos ter aparecido nos anos 1970, em resultado das profundas alterações no mundo do trabalho.

A noção de risco psicossocial (ao contrário do termo stress) não tem um perímetro terminológico bem definido, implicando conceitos 'permeáveis' que designam as causas de origem profissional qualificadas como riscos profissionais, da mesma forma que designam os efeitos sobre a saúde (stress, assédio, violência, burnout, etc.). A esta imprecisão semântica juntam-se dificuldades epistemológicas e metodológicas, uma vez que estes riscos encontram-se no cruzamento das esferas pessoal e profissional, estando ligados a alguma subjetividade e a dificuldades de validação. No entanto, esta noção difundiu-se massivamente no domínio público, suportada pelos efeitos mediáticos de recentes suicídios em grandes empresas.

Os riscos psicossociais revelam um fenómeno social que emerge do mundo do trabalho para ser apropriado pela esfera científica. O termo psicossocial, associado a problemas, é utilizado desde os anos 1970, designando uma alteração da saúde e do comportamento em sujeitos 'não-trabalhadores' (muitos trabalhos abordam este tema em crianças e adolescentes expostos a violência ou a ambientes familiares precários). Ao longo do tempo, a questão dos riscos psicossociais difundiu-se num contexto particular de aceleração de lógicas gestionárias que

se afastaram dos valores do trabalho no seio de organizações, onde as condições de trabalho se agravaram, inclusive no plano físico.

Assim, nesta obra pretende-se examinar os riscos psicossociais, a partir de uma análise dos significados atribuídos ao trabalho pelos indivíduos, considerando os constrangimentos, recentes e antigos, que emergem das condições de trabalho. O seu objetivo é apresentar a importância dos riscos psicossociais, os seus quesitos e fundamentos, sem perder de vista o âmbito deste domínio, ainda em construção, e a diversidade de abordagens disciplinares que o constituem.

Assim, o livro está organizado em cinco capítulos. O primeiro e segundo situam as questões relativas aos riscos psicossociais nos ambientes social, económico e jurídico e definem os conceitos que permitem abordar este tipo de riscos. O capítulo três apresenta as principais abordagens de análise dos riscos psicossociais, enquanto o capítulo quarto trata dos diferentes indicadores e instrumentos, hoje em dia utilizados, para a sua avaliação. O último capítulo explicita as etapas a seguir, no seio das empresas, a fim de prevenir este tipo de riscos no mundo do trabalho. De uma forma concisa, estes capítulos ocupam 107 páginas, seguidos de uma conclusão e de um anexo (que ilustra exemplos de acordos sobre esta temática realizados em empresas). Para além de um conjunto alargado, e atual, de referências bibliográficas, são enunciados outros recursos documentais, como sejam, revistas científicas e outras, sítios online e videoteca.

Ao longo do texto, são expostos cinco temas relativos aos riscos psicossociais no trabalho. Introduzindo algumas referências acerca destes riscos, é reconhecida a falta de definições científicas e jurídicas do termo riscos psicossociais no trabalho e assumida a existência, somente, de definições empíricas. Desta forma, apresenta-se a definição propos-

ta pelo *Colégio de Peritos Francês para a Monitorização dos Riscos Psicossociais no Trabalho* (constituído em 2009), a saber, 'riscos para a saúde mental, física e social originados pelas condições de trabalho e pelos fatores organizacionais e relacionais suscetíveis de interagir com o funcionamento mental'. Associada a essa constatação, surge outra constatação de que este tipo de riscos (a par dos riscos físicos, químicos e biológicos) representa um dos maiores problemas da atualidade, o que levou a uma tomada de consciência política que, nos últimos anos, deu lugar a muitas e importantes iniciativas neste âmbito.

Para situar e avaliar os impactos dos riscos psicossociais, é previamente feita uma referência às transformações no trabalho e às formas de organização que se revelaram nefastas para as condições de trabalho e, em particular, para a saúde dos trabalhadores. Por outro lado, é reforçada a necessidade de uma análise global das situações de trabalho, nomeadamente, em função da relação estreita entre riscos físicos e psíquicos. Os autores, abordando as consequências humanas, económicas e sociais dos riscos psicossociais, afirmam a dificuldade da sua identificação com precisão; por um lado, em função do caráter amplo e mal circunscrito deste campo, caracterizado por um conjunto de fatores (organizacionais, sociais e individuais) com consequências múltiplas e evolutivas; e, por outro lado, pela falta de categorias jurídicas específicas para estes riscos que, deste ponto de vista, não sendo ignorados, são tratados somente a partir de fenómenos particulares (como, por exemplo, o assédio). Os custos diretos e indiretos destes riscos são abordados através da sua repercussão na performance das organizações e na economia, sendo constatada a dificuldade de os mensurar. É também mencionado que, face à evolução económica à escala mundial, os riscos psicossociais põem em causa a saúde no trabalho, para além

das novas formas de organização e gestão das empresas.

De seguida, os autores abordam algumas definições e conceitos, desde o de risco profissional ao de risco psicossocial. Os riscos psicossociais são situados no domínio mais alargado do conceito de risco, apresentando a definição das principais manifestações a eles associadas, nomeadamente, stress; mal estar; sofrimento; burnout; comportamentos antisociais no emprego; e desequilíbrios entre a vida pessoal e profissional.

Em termos de abordagens teóricas e modelos de análise dos riscos psicossociais, são apresentados diversos pontos de vista teóricos e alguns modelos de análise, de forma a dar aos leitores referências para uma melhor compreensão desses riscos que representam um objeto científico em construção.

Na continuação, é tratada a questão dos índices, indicadores e instrumentos de avaliação dos riscos psicossociais. Neste sentido, é mencionada a necessidade da sua disponibilidade para, em termos preventivos, os identificar e para estimar a sua importância, bem como a exposição aos mesmos, por parte dos trabalhadores. Ou seja, coloca-se a ênfase numa avaliação à priori, feita através de instrumentos e do conhecimento de determinados indicadores. Assim, é enfatizada a circunstância de as metodologias usadas para avaliar os riscos profissionais em geral serem insuficientes para a avaliação dos riscos psicossociais, fazendo a distinção entre índices – as manifestações que refletem as consequências dos riscos psicossociais, como, por exemplo, os problemas de saúde – e indicadores – dados representativos dos riscos psicossociais. Para estes últimos, é apresentado o exemplo da categorização feita pelo *Colégio de Peritos Francês* que distingue seis dimensões: exigências do trabalho; exigências emocionais; falta de autonomia; relações sociais no trabalho; conflitos de valor; e insegurança no trabalho. Estes fatores são

suscetíveis de contribuir para o bem-estar e para a eficácia no trabalho, mas estão também na origem de desinvestimento profissional e de mal-estar. A par destes indicadores específicos, existem outros ligados ao funcionamento da organização (política de gestão de recursos, diálogo social, estratégia, etc.) e à saúde e segurança dos trabalhadores (acidentes de trabalho, doenças profissionais, situações graves, etc.).

No que diz respeito aos instrumentos de avaliação, são referidos na forma de entrevistas, observações e questionários. Os questionários dividem-se em dois tipos: de heteroavaliação (ou avaliação por terceiros) e de autoavaliação. Os primeiros centram-se sobre as situações ou condições de trabalho, os segundos tratam de perceções e representações de determinados fatores de risco psicossocial, de comportamentos adotados para lhes fazer face, ou de alterações sentidas. Assim, são descritos sumariamente alguns exemplos de questionários. Em termos qualitativos, é feita alusão às entrevistas individuais, à autoconfrontação e a grupos de análise de problemas, referindo os seus propósitos e objetivos.

No último capítulo, são tratadas questões relativas à prevenção dos riscos psicossociais, afirmando-se que a sua prevenção não pode ser feita de modo informal ou, simplesmente, integrada no funcionamento das organizações, sob a forma de uma deliberação. É, assim, defendida a adoção de uma abordagem global com seis fases sucessivas e estruturadas que vão desde a preparação prévia, até ao controlo/avaliação.

A obra trata de um tema atual, pertinente e que levanta muitas questões ainda sem resposta, ou com respostas pouco consensuais. Reportando-se, em algumas circunstâncias, à realidade francesa, a temática é alargada à realidade europeia, apresentando um panorama contemporâneo, geral, esclarecedor e útil, dos riscos psicossociais. Embora publicada em fran-

cês e usando alguma terminologia mais facilmente perceptível por quem domina conceitos na área da saúde e segurança no trabalho e na psicologia do trabalho, a obra é suficientemente sintética, abrangente e clara para poder servir um público diversificado. Constituindo um resumo das principais questões à volta deste tipo de riscos, o que é interessante para estudantes e académicos, o livro é também útil

para profissionais da segurança e saúde no trabalho e psicólogos que, nesta obra, podem encontrar alguns esclarecimentos de questões teóricas e, principalmente, pistas para a intervenção em termos de prevenção dos riscos psicossociais.

Lúcia Costa

*Escola Superior de Tecnologia
da Saúde de Coimbra*